

## MP- PA e Comissão Permanente de Violência Doméstica organizam 6º Encontro Nacional

A Procuradoria-Geral de Justiça por meio do seu procurador-geral Marcos Antônio Ferreira das Neves atendeu ao pedido de apoio solicitado pela coordenadora do Núcleo de Enfrentamento a Violência contra a Mulher (NEVM) representado pela promotora Lucinery Helena Rezende Ferreira do Nascimento em articulação com a Comissão Permanente de Violência Doméstica (Copevid) para a realização no período de 2 a 4 de setembro do 6º Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



O evento será realizado no Hangar Centro de Convenções da Amazônia, em Belém. O 6º Encontro contará com o apoio dos coordenadores do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (Ceaf) Hélio Rubens, o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO Criminal) Mário Chermont e do presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep), Manoel Murrieta e a parceria com o Governo do Estado do Pará, por meio da coordenadora do ProPaz Mulher e secretária Extraordinária de Integração de Políticas Sociais Izabela Jatene de Souza. Estão confirmados a ministra Carmen Lúcia, o professor doutor em Psicologia da Justiça, Rui Abrunhosa Gonçalves, a socióloga Vânia Pasinato da Organização das Nações Unidas (ONU).



Foram convidados também ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na ocasião serão realizadas mesas redondas, debatendo a lei Maria da Penha e oferecidos serviços pelo ProPaz Mulher.

Sobre o encontro nacional a promotora Lucinery destaca que: “O evento é importante porque é a primeira vez que se realiza na região norte. O Pará está recebendo também como marco histórico 20 anos da carta que foi assinada em Belém do Pará, de compromisso com a execução da lei Maria da Penha. Então o Pará tem um histórico muito bonito na construção da lei Maria da Penha. É importante nós sermos os anfitriões de todos os nossos colegas Promotores e Procuradores de Justiça que trabalham com a lei Maria da Penha”, ressalta a coordenadora do NEVM Lucinery Rezende. A Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é composta ainda pelos promotores de Justiça Sandro Castro, Mário Raul Brasil e Franklin Prado.



O projeto Lenço e Movimento que visa fortalecer a atuação do Ministério Público do Estado do Pará na garantia dos direitos humanos das mulheres, apoiando e auxiliando os órgãos de execução da Instituição no efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, por meio da realização de reuniões com os promotores de justiça e de audiências públicas em todos os Pólos Administrativos do MP/PA, além de outras regiões que, porventura, exijam atenção diante de altos índices de violência contra as mulheres, foi até o município de Paragominas e Dom Eliseu nos dias 17,18,19 de junho. Na ocasião realizou audiência pública, onde pode ouvir as demandas diretamente dos setores da sociedade civil.



Foi oportunizado também, a promoção de uma reunião entre os promotores, na qual houve troca de experiências e foi discutido estratégias para os enfrentamento das dificuldades na luta em favor da mulher, com o propósito de tornar eficiente a aplicação da Lei nº 11.340/2006 por todas as Promotorias de Justiça do Estado envolvidas na causa.



## **Justiça pela Paz em Casa retorna em agosto**

**Meta é acelerar julgamento de casos nos quais mulheres sejam vítimas**



Entre 3 e 7 de agosto, o Tribunal de Justiça do Pará coordenará, no âmbito do Estado, a mobilização do sistema de Justiça para a 2ª etapa do projeto Justiça pela Paz em Casa, iniciativa coordenada pela vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, cujo objetivo é dar solução a processos pendentes de julgamento em crimes que envolvem mulheres como vítimas.

Representando o Ministério Público, o Promotor de Justiça da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Sandro Garcia se reuniu no dia 18/06 com a coordenadora estadual de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do TJPA, a desembargadora Vera Souza, servidores das secretarias das unidades judiciais, representantes do Propaz, da Delegacia da Mulher e da coordenadoria estadual de mulheres, para definir a programação.

Ficou decidido que no dia 8 de agosto haverá uma grande ação social de cidadania, com serviços judiciais, de saúde, expedição de documentos e uma série de outras iniciativas para atender o público feminino do bairro da Terra Firme e do distrito de Icoaraci.

A desembargadora Vera informou que enviou circular aos juízes para que dêem prioridade aos julgamentos de crimes nos quais as mulheres sejam vítimas, no período de mobilização da campanha.

Uma das prioridades, segundo a desembargadora, são as unidades com mais de mil processos pendentes, entre as quais Belém, onde há três varas especiais de violência contra as mulheres, Ananindeua, Santarém, Marabá e Altamira. Ela disse que haverá reforço de juízes auxiliares e servidores para atuar em regime de mutirão.

Uma outra providência, segundo a desembargadora, foi oficial aos juízes do tribunal de júri, Defensoria, Ministério Público e OAB, solicitando designação especial para as audiências extras que serão feitas no período.

Um dos problemas relacionados em Ananindeua tem sido a ausência de defensores públicos. Lá, a intenção é adiantar, durante o mutirão, as 141 audiências que estavam agendadas para 2016.

Uma próxima reunião para consolidar as informações relacionadas à 2ª etapa do programa Justiça pela Paz em Casa foi marcada para o dia 14 de julho, às 15 horas, no TJPA.

**Fonte: Coordenadoria de Imprensa TJ/PA**

**Texto: Edir Gaya**

**Foto: Ricardo Lima / null**